

Sumário

Introdução.....	1
1. A Sociedade de Vigilância e os Novos Contornos do Direito Fundamental à Privacidade.....	5
1.1 Panoptismo no século XXI.....	8
1.2 O que há de errado com uma sociedade de vigilância?.....	12
1.3 Traços de vigilância: sociedade de classificação e avaliação de riscos	14
1.3.1 Discriminação digital.....	19
1.3.2 Vigilância e consentimento na construção da subjetividade.....	27
1.4 O direito à privacidade: dimensões culturais e construção dogmática.....	32
1.4.1 A construção e evolução dogmática do direito à privacidade.....	37
1.4.2 Distinções entre intimidade e vida privada: a teoria das esferas e o caso Elfes.....	41
1.5 O surgimento de um novo direito — a virada qualitativa na abordagem da privacidade.....	50
2. O Sistema Europeu de Proteção de Dados Pessoais.....	53
2.1 O desenvolvimento do direito à autodeterminação informativa no contexto alemão.....	55
2.2 Danos por má-utilização de dados pessoais na experiência legislativa alemã.....	62
2.2.1 Danos materiais.....	62
2.2.2 Danos imateriais.....	64
2.2.3 Prevenção e ganho de lucros como critérios de avaliação.....	66
2.3 A proteção de dados pessoais no sistema europeu.....	70
2.3.1 Nada a esconder? As lições deixadas pela Diretiva 2006/24/CE e o possível entrincheiramento da esfera privada.....	78

2.3.2 A tutela especial dos dados sensíveis	85
2.4 A tutela oferecida pelo ordenamento jurídico espanhol.....	91
2.5 A constitucionalização material da proteção de dados	97
2.5.1 O direito na visão da Corte Europeia de Direitos Humanos (Estrasburgo).....	102
2.5.2 O direito na visão do Tribunal de Justiça da União Europeia (Luxemburgo)	107
2.6 Fronteiras inexistentes? Os desafios à proteção de dados pessoais no território informacional	112
3. Regulação e Proteção de Dados Pessoais: Desafios e Possibilidades	115
3.1 Convergência de atuação política e princípios básicos de regulação	118
3.1.1 Limitação de coleta	120
3.1.2 Qualidade dos dados	123
3.1.3 Finalidade	126
3.1.4 Segurança.....	129
3.2 Modelos regulatórios e o papel das autoridades reguladoras frente à dimensão objetiva dos direitos fundamentais.....	132
3.2.1 Insuficiências da regulação setorial no direito brasileiro e a nova Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD — Lei n. 13.709/2018)	139
3.2.2 Abandonando a simbologia do habeas data e antigos paradigmas de consentimento.....	149
3.2.3 A ANPD e a dimensão objetiva dos direitos fundamentais.....	159
3.2.4 Desafios administrativos à regulação informacional no Brasil ...	166
3.3. O reconhecimento do direito fundamental à autodeterminação informativa pelo Supremo Tribunal Federal	170
Conclusão	179
Referências	183